

O Homem e a Liberdade

Gajo Petrovic

1. O que torna o homem homem não é nenhuma propriedade ou atividade peculiar (ou a soma de todas as propriedades ou atividades), mas uma estrutura de ser muito própria, que é comum a todas as propriedades e atividades realmente humanas – isto é, a práxis. O homem é o ser que existe pela e como práxis.

2. A práxis constitui um modo de ser essencialmente diferente de qualquer outro modo de ser. A liberdade é uma das componentes essenciais deste modo. Enquanto ser de práxis, o homem é o ser da liberdade. Não há liberdade sem o homem e não há humanidade sem a liberdade.

3. A liberdade é a essência do homem, mas isto não quer dizer que o homem seja sempre e em toda a parte livre. O “medo à liberdade (“escape from freedom”)

encontra-se difundido no mundo contemporâneo. No entanto, tal fato não refuta a tese de que o homem é o ser de liberdade; confirma apenas que o homem contemporâneo se aliena da sua essência humana, do que ele como homem pode e deve ser.

4. Há diversas “espécies”, “formas” e “aspectos” de liberdade. Fala-se de liberdade metafísica, ética, psicológica, política, nacional, religiosa; de liberdade de espírito, de vontade, de pensamento, de consciência, de movimento, de ação; de liberdade de imprensa, de rádio, de televisão, de reunião, de palavras, de associação; de liberdade da exploração, opressão, fome, guerra e medo; de liberdade de tradição, convenção, vício, paixão, fraqueza, preconceito; de liberdade da arte, ciência, educação, ensino; comportamento livre, amor livre, tempo livre, etc. Mas o catalogar das diversas espécies ou formas de liberdade não resolve a questão, Que é a liberdade? Antes de respondermos à pergunta, não podemos estar certos de que as formas de liberdade mencionadas constituem verdadeiras liberdades ou apenas pseudoliberdades.

5. Se a liberdade se entender como a inexistência de obstáculos externos ao movimento, então nada é especificamente humano; tal liberdade pode pertencer a uma fera, ave, peixe, ou até à água ou a uma pedra. Mas a liberdade não é a ausência de obstáculos externos ou, de modo mais geral, a soma das condições externas em que algo existe; a liberdade constitui um modo específico de ser peculiar ao homem.

6. Se a liberdade se conceber como o conhecimento e a aceitação do destino, da necessidade universal, então a liberdade é apenas outro nome para a escravidão voluntária. Mas a liberdade não é a submissão passiva ou a adaptação à necessidade “externa” ou “interna”. Uma ação livre só pode ser aquela pela qual o homem muda o seu mundo e se transforma a si mesmo.

7. A mera intensidade da atividade ou o grau em que a atividade se mostrou bem sucedida não constitui de maneira nenhuma a medida da liberdade. Até mesmo a atividade mais intensa e bem sucedida, se for determinada a partir de fora, não é livre. Os soldados disciplinados, os empregados obedientes, os policiais bem pagos podem ser extraordinariamente ativos e afortunados, e, no entanto, a sua atividade é tudo menos livre. Uma ação só é livre quando o homem determina os seus atos por si próprio.

8. Contudo, nem toda a atividade que é determinada “a partir de dentro” é livre. A atividade espontânea, em que as necessidades, as inclinações, os desejos ou paixões do homem diretamente determinam os seus atos, não é, muitas vezes, livre. Só é atividade autodeterminada a atividade em que o homem age como personalidade multilateral plena, em que não é escravo do pensamento, sentimento ou aspiração de outros indivíduos, é verdadeiramente livre.

9. Os que aparentemente são mais livres encontram-se na realidade muito mais longe da livre atividade. Os ditadores tirânicos, os conquistadores cruéis, os exploradores insaciáveis, todos eles são escravos das suas ideias fixas e ambições desumanas. A sua atividade é a destruição da humanidade; um homem só é livre quando o que nele é humano determina as suas ações, e quando ele, pelo seus atos, contribui para a humanidade.

10. A teoria segundo a qual o conhecimento da necessidade constitui um requisito da atividade livre é, quando muito, incompleto. Se tudo fosse necessário,

também a atividade humana não seria livre. O conhecimento da necessidade (se por esta palavra designarmos o que fica além do poder humano) é apenas o reconhecimento dos limites da liberdade. A condição positiva da liberdade é o conhecimento dos limites da necessidade, a consciência das possibilidades criativas humanas.

11. A definição habilidosa, mas contraditória, da liberdade como o domínio da natureza fundado no conhecimento da necessidade natural constitui uma expressão adequada da orientação básica do homem moderno, que se interessa por algo só enquanto possível objeto de sujeição e exploração. No entanto, a liberdade não consiste na exploração irrefletida da natureza, mas na capacidade do homem para a humanizar e participar nas suas bençãos de maneira humana.

12. O conceito de liberdade como autodomínio pressupõe a cisão do homem em uma parte que controla e em outra que é controlada. No entanto, a dominação é a negação da liberdade. A ideia de liberdade como domínio de si mesmo serve frequentemente de máscara às tentativas para reprimir a aspiração do homem à liberdade e para justificar a reconciliação com a falta de liberdade “externa”.

13. As duas concepções acima mencionadas e a sua síntese, a ideia de liberdade como domínio do homem sobre a natureza externa e sobre si mesmo, pressupõem que o homem e a natureza constituem uma soma de forças já feitas, que ele apenas tem de ajaezar, submeter e usar. No entanto, a essência da liberdade não consiste na sujeição do que é dado, mas na criação de algo novo, no desenvolvimento das capacidades criativas do homem, no alargamento e enriquecimento da humanidade.

14. O ser de liberdade (o homem) nunca é absolutamente livre (um homem de todo inalienado) ou absolutamente escravo (um ser completamente inumano). O homem é sempre, em maior ou menor grau, livre. Por conseguinte, a liberdade é “relativa”, mas esta relativamente não forma a essência da liberdade.

15. O objetivo da liberdade humana é a pessoa livre numa sociedade livre. Semelhante “ideal” não se pensou de modo arbitrário. Não pode haver sociedade livre sem pessoas livres, e ninguém pode ser livre fora de uma comunidade social. Mas isto não quer dizer que numa sociedade livre todos sejam livres, ou que numa sociedade de repressão todos sejam escravos.

16. O indivíduo, mesmo numa sociedade livre, pode não ser livre. A sociedade pode encontrar-se organizada de modo a capacitar e a encorajar o desenvolvimento de personalidades livres, mas a liberdade não pode oferecer-se como um dom ou impor-se à força a alguém. O indivíduo torna-se uma pessoa humana livre apenas através da sua própria atividade livre.

17. Numa sociedade não-livre, o indivíduo pode ser mais ou menos livre. Os obstáculos externos levantados por uma sociedade repressiva dificultam ou limitam talvez mais a atividade humana livre, mas não conseguem impedi-la inteiramente. Um revolucionário decidido nas cadeias é mais livre que o carcereiro que o guarda, ou que o algoz que, em vão, procura levá-lo a ceder.

18. A sociedade repressiva esforça-se por esmagar destruir a personalidade livre; a sociedade livre torna possível e ajuda o seu desabrochamento. Portanto, a luta por uma sociedade livre é uma parte componente da luta pela libertação da personalidade. Quando esta parte pretende tornar-se a totalidade da luta, transforma-se no inverso do que deveria ser. A luta por uma sociedade livre só será uma luta por uma sociedade livre se criar um maior grau de liberdade individual.

19. O problema da liberdade é “eterno”, mas assume em cada época uma forma diferente. No nosso tempo, mostrou-se, por exemplo, que não se cria uma sociedade livre através da simples “expropriação dos expropriadores”, ou apenas mediante a elevação dos padrões de vida, ou pela combinação das duas. Numa sociedade da qual se eliminaram os exploradores, a liberdade do homem é ameaçada pelos meios com que ele comunica com a natureza e com os outros homens (tecnologia) e pelas formas sociais em que ocorre semelhante comunicação (organizações e instituições sociais). A questão da liberdade enfrenta-nos hoje, em primeiro lugar, como uma questão da liberdade com o socialismo e com uma questão da liberdade com a tecnologia.

As teses supramencionadas podem dividir-se em três grupos: as teses 1 a 4 são introdutórias – procuram explicar e situar a questão acerca da essência da liberdade; as teses 5 a 14 são centrais – tentam responder à questão levantada; as do terceiro grupo

(15 a 19) são talvez as mais importantes – discutem um aspecto essencial da questão, aspecto com consequência de muito alcance.

Começo com algumas afirmações sumárias sobre o homem e a práxis. As duas primeiras teses são muito incompletas; abordei em outro lugar com maior extensão este assunto. O fato de iniciar a discussão com o homem e a práxis, é para mostrar como a questão da liberdade surge de modo inevitável quando alguém deseja resolver o problema do homem. Ao procurar elucidar o sentido da questão da liberdade, critico a concepção de que o problema pode resolver-se através de uma classificação das formas de liberdade, ou através de uma descrição do desenvolvimento da liberdade. Rejeito igualmente a concepção de que é possível resolvê-lo por um estudo linguístico, ou unicamente por meio da pregação. O problema da liberdade é, em primeiro lugar e acima de tudo, o problema da essência da liberdade. Assim, o aspecto mais importante nas teses 1 a 4 pode exprimir-se brevemente: o problema da liberdade é uma parte essencial do problema do homem, e o problema da essência da liberdade é a parte central do problema da liberdade.

É impossível dizer o que é a liberdade sem dizer o que ela não é. Por conseguinte, ao discutir a questão da essência da liberdade (teses 5 a 14), critico algumas teorias inaceitáveis de liberdade. Em primeiro lugar, encontra-se a teoria – defendida por Hobbes no século XVII e ainda sustentada por vários filósofos (incluindo alguns “marxistas”) mesmo no século XX – segundo a qual a liberdade é algo fora do homem livre, a saber a simples ausência de impedimentos externos ao movimento. A segunda é a teoria que considera a liberdade como algo “externo” que se tornou “interno”, como uma “necessidade” externa conhecida e aceita ou, de qualquer modo, usada pela pessoa livre. Encontra-se nos antigos gregos, em Espinosa, Hegel, Engels; é uma teoria ramificada em diversas variantes que, à primeira vista, poderiam parecer de todo diferentes. Comparem-se, por exemplo: “a liberdade é o conhecimento da necessidade”, “a liberdade é o ajustamento a uma necessidade conhecida”, “a liberdade é o poder sobre a natureza e sobre si mesmo baseado no conhecimento da necessidade externa e interna”. A terceira teoria principal que eu abordo e critico de modo muito rápido reduz a liberdade a uma pura autodeterminação interna, a simples “requisito

prévio” da atividade livre, teoria que igualmente se desenvolveu em muitas variantes diferentes (por exemplo, Kant e Sartre). Na crítica das três teorias, procuro afirmar e explicar aspectos diferentes de uma teoria cujo cerne é a concepção de que a liberdade é algo “interno” que se torna também “externo”, a saber, a atividade criativa autodeterminante, o ato criativo de alargamento e enriquecimento da humanidade. Na tese 14, dissipa-se um possível equívoco acerca do caráter “absoluto” e “relativo” da liberdade.

Embora o problema da essência da liberdade seja o maior problema sobre a liberdade, não é o único que pode surgir. Interrogar-se acerca das diferentes formas ou aspectos da liberdade não é apenas legítimo; é indispensável. Nas teses 15 a 18, limitei-me só a uma parte da questão sobre as formas de liberdade: a relação entre a pessoa livre e a sociedade livre. O mais importante nestas teses é talvez compreender o caráter assimétrico da relação entre liberdade “pessoal” e “social”: não pode haver sociedade livre sem pessoas livres (o que não significa que todos os indivíduos numa sociedade livre sejam pessoa livres), mas pode haver uma pessoa livre sem uma sociedade livre (o que não significa que uma pessoa pode ser livre fora de toda a comunidade social, ou que o grau de liberdade social adquirida é irrelevante para a liberdade pessoal). Se alguém captar o caráter preciso desta assimetria fundamental, que tem importantes consequências para a responsabilidade pessoal e para a ação pessoal, as restantes teses sobre a pessoa livre e a sociedade livre serão fáceis de entender.

A tese de conclusão (19) aborda o difícil aspecto da liberdade como problema “eterno” e “histórico”. No caso presente, serve de observação final, mas, em circunstâncias diferentes, poderia servir de nota introdutória (por exemplo, num texto sobre a liberdade, hoje).

Nas teses, não se menciona o pensador que sobretudo a inspirou. Não é para ocultar a origem, mas apenas porque não é difícil ver que elas foram inspiradas pelo homem que escreveu: “O perigo mortal de cada pessoa é perder-se a si mesma. Por consequente, a falta de liberdade constitui, para o homem, o perigo mortal” Karl Marx.

Subscribo a maior parte das teses de Marx sobre a liberdade tais como se encontram, ou com certas correções. No que diz respeito à que se acaba de citar, sinto-

me inclinado a corrigi-la um tudo nada: A falta de liberdade não é apenas o perigo mortal, mas a morte do homem.